



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura de convênios sobre sistema de emergências e atendimento às gestantes de alto risco*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE JUNHO DE 1998

*Senhor Ministro da Saúde, Professor José Serra; Senhores Governadores do Mato Grosso, Piauí, Alagoas, Rondônia, Tocantins, Roraima; Senhor Vice-Governador do Rio de Janeiro; Senhores Parlamentares, Senadores, Deputados; Senhores Secretários de Saúde; Senhores Ministros; Senhoras e Senhores,*

O Ministro Serra, de maneira objetiva, expressou o pensamento do Governo no que diz respeito às questões de saúde e às ações de saúde. Os senhores todos, aqui, são testemunhas, Governadores, Secretários e Secretárias, do esforço terrível que tem sido feito para que nós possamos recolocar a saúde no caminho certo.

Esse esforço vem de longe. No início, na gestão do Professor Jatene, uma luta árdua para obtenção de recursos adicionais para a saúde e de reorientação do pensamento a respeito da saúde, com ênfase na questão da prevenção, no atendimento à população. E eu salientaria o impulso que foi dado aos agentes comunitários de saúde e, posteriormente, aos médicos de família, que têm atendido às regiões mais pobres do Brasil e, com esse trabalho, nós temos obtido queda nos índices de mortalida-

de infantil bastante expressiva. Esse trabalho teve continuidade com o Doutor César Albuquerque e com o esforço da equipe do Ministério da Saúde, na redefinição do PAB (Piso de Assistência Básica), na redefinição dos procedimentos básicos. E, agora, na gestão do Ministro José Serra, nós temos assistido, realmente, a um verdadeiro “choque” energético na saúde. O Ministro José Serra tem percorrido o Brasil com a disposição que o caracteriza, com a capacidade que o caracteriza. E eu, agora, farei a próxima consulta médica a ele, porque está se vendo, já, a cada dia que o vejo falar, que ele está mais enfronzado nas questões da saúde.

E não digo isso, apenas, de maneira simpática e amigável, mas é verdade. É verdade e mostra também que o que nós precisamos é de – e a palavra é deles – políticas de saúde. Não é do conhecimento técnico da saúde, que isso os médicos têm, os corpos técnicos têm. O que nós precisamos é de políticas de saúde. Alguém redargüiu ao Ministro Serra quando ele disse isso: “Ah, então quer dizer que, agora, vai ter política na saúde?” Não. Políticas de saúde não são politiquice na saúde, são o contrário. O Ministro tem tido um esforço bastante claro e direto para despolitizar as questões de saúde, no sentido da política menor, e para dar ênfase à importância que tem que ser dada às questões gerais de políticas de saúde.

Não é fácil e ele deu dados, aqui, que são bastante expressivos, na comparação com outros países. Não disse, mas acrescentarei que, no nosso caso, nós temos que fazer todo esse esforço e manter a estabilidade da economia. Portanto, funcionamos dentro de restrições orçamentárias que não são o produto da maldade do Governo, mas são produto da escassez da nossa economia e da necessidade, às vezes até conjuntural, que leva o Governo a estar sempre preocupado com o orçamento.

Não obstante, em um esforço grande que tem sido feito nos últimos tempos, inclusive por parte da equipe econômica, nós temos viabilizado recursos adicionais para a saúde, porque é preciso atender, diretamente, certas questões cruciais. E é mérito do Ministro José Serra ter chamado a atenção para alguns desses programas, que sei que muitos dos senhores aqui presentes, como o Doutor Yunes, há anos insistem

neles. E sei, muito de perto, porque a Ruth, minha mulher, também insiste há anos nesses mesmos temas, que são a questão da mulher e da saúde da mulher.

Vê-se, pelo que diz o Ministro José Serra, que, na verdade, nós estamos agora empenhados em certos programas específicos. E esses programas têm que ter visibilidade, não porque o Governo queira fazer deles cartaz, mas porque é preciso que exista cooperação da sociedade para que nós possamos enfrentá-los. E a questão do tratamento da mulher, da saúde da mulher, é essencial para que nós possamos dar um salto nessa matéria. Se houve esforços, e houve, na questão da mortalidade infantil, nos cuidados com a criança e, até mesmo, até certo ponto, com o pré-natal, faltou uma continuidade no que diz respeito ao atendimento específico à mulher. Nós estamos insistindo nesse ponto.

Também estamos insistindo num outro ponto – e o Ministro me mostrou do que se trata e começou a colocar alguns recursos à disposição – que diz respeito às emergências, que é outra área aguda da questão da saúde. O Governo teve a preocupação de colocar ênfase na prevenção, e isso está certo. Mas o Governo não pode se esquecer, e não está esquecido, de que é necessário, também, dar atendimento hospitalar. E esse atendimento hospitalar, onde o calo aperta, realmente, é na emergência.

Então, nós temos políticas. Políticas definidas na área de saúde, cujos efeitos só se farão sentir no decorrer do tempo. Nas áreas sociais não há milagre. Acho até engraçado quando, a cada instante, vejo alguém dizer que o Governo fez a estabilidade da moeda e se esqueceu do social. Como se esqueceu do social, se é um Governo que dobrou o gasto *per capita* em saúde e está produzindo esse choque energético na saúde? E que tem feito um empenho máximo para que o Ministro da Saúde não transforme o Ministério da Saúde numa alavanca eleitoral? E nenhum deles transformou a saúde em alavanca eleitoral, nem a educação, nem a reforma agrária e nem a área social, porque nós temos um compromisso, que é um compromisso meu, de vida e do Governo, de todos os que estão no Governo, um compromisso sério, um compromisso com o País.

Agora, é preciso dizer, também, que há aspectos que não se resumem nem à vontade política do Governo – que não falta –, nem os recursos

que, sim, faltam. Eles são escassos, mas nós os estamos viabilizando, dentro do possível, no que diz respeito à gestão, no que diz respeito à organização, no que diz respeito ao treinamento e no que diz respeito à dedicação.

Essas questões não dependem apenas de recursos. Há, no FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, por exemplo, recursos para o treinamento. E já ouvi o Ministro Serra dizer que vai fazer um ambicioso programa de treinamento, de 300 mil atendentes e auxiliares de enfermagem, para que nós possamos melhorar a qualidade do serviço na saúde.

Mas creio que ele mencionou um ponto que eu, no Rio de Janeiro – o Vice-Governador Luiz Paulo estava lá, assistiu a isso –, disse que queria usar uma palavra que não é, exatamente, a palavra espanhola, porque cada vez que falo uma palavra estrangeira me criticam muito. Só o Ministro Serra pode falar espanhol. É *calidez*, que é carinho. Nós precisamos tratar as pessoas com carinho. Está faltando isso no Brasil. Há uma reclamação generalizada da falta de afeto, da falta de carinho. E, se isso é geral, no que diz respeito ao tratamento do doente, é essencial. Sei que há problemas dramáticos.

Estive, recentemente, em Altamira. Os médicos que acompanham o Presidente da República foram ao hospital. E o hospital não tinha condições de anestesia, o hospital não tinha, enfim, coisas elementares. Fomos ver por quê. Havia aí problemas políticos e de corrupção, que já tinham sido afastados, aliás. Sei, portanto, que há problemas objetivos, mas há outros que são subjetivos.

Nos Estados Unidos, existe um programa chamado Tolerância Zero para com a violência, para com a falta da civilidade urbana. Pois bem, nós devemos implementar um programa de tolerância zero para com o desrespeito, para com a falta de atenção, para com a falta de carinho com as pessoas e com as crianças.

Acho que isso tem tanta importância quanto têm os programas objetivos, os recursos e o entrosamento que existe entre os governos federal, estadual, municipal, a não-discriminação de qualquer tipo de ação administrativa, qualquer que seja o partido que a faça, desde que esteja fazendo para o objetivo comum, que é a melhoria das condições de vida

do povo. Tudo isso é muito importante, mas acho que nós devemos apoiar essa iniciativa do Ministro, que assumo como minha também, de tolerância zero no que diz respeito à saúde e de um tratamento que faça com que cada pessoa doente – especialmente o idoso, especialmente a mulher, que são os menos atendidos – se sinta, pelo menos, com o conforto de saber que o Brasil está dispensando atenção à pessoa, à dignidade do cidadão.

Nossos compromissos são de cidadania. E os recursos que estão sendo aqui previstos têm muito mais importância simbólica. Não que eles não sejam efetivos, eles são, mas têm muito mais importância simbólica no momento em que nós fazemos um chamamento de todo o País para que tenhamos tolerância zero com o desrespeito em todas as áreas, especialmente na área da saúde.

Muito obrigado aos senhores.